Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br
Publicação da **S.A. O ESTADO DE S. PAULO**
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

O mundo não vai esperar

O desafio maior para a diplomacia econômica, nesta altura, é evitar o colapso da Rodada Doha de negociações comerciais. Com esse objetivo, ministros de Finanças, em Londres, e de Relações Exteriores e Comércio, em Genebra, decidiram realizar um esforço de última hora neste fim de semana. O ministro brasileiro da Fazenda, Antonio Palocci, foi para a capital britânica. O chanceler Celso Amorim, para a cidade suíça.

O Brasil será um dos maiores perdedores se um novo impasse impedir a conclusão de um acordo em 2006. Será muito difícil manter esse prazo, se a conferência ministerial de Hong Kong, em dezembro, for um completo fracasso. Esse resultado será inevitável, se os principais negociadores decidirem, antes de embarcar, que nenhum avanço será possível nesse encontro. Do lado brasileiro, grupos de empresários, políticos e até diplomatas parecem haver concluído que esse fiasco será inevitável e bem-vindo.

A menos de duas semanas do início da conferência, marcado para dia 13, todos os participantes reduziram suas pretensões. Deveriam ser definidos nesse encontro os pontos de referência das principais negociações – o tamanho dos cortes de tarifas de importação, os prazos para eliminação de subsídios e o alcance das concessões comerciais de lado a lado. A partir desses pontos – "modalidades", na linguagem diplomática – os negociadores poderiam discutir, nos meses seguintes, detalhes do acordo final.

Mas não serão decididas modalidades importantes em Hong Kong. Dia 26, foi proposto novo rascunho para a declaração final da conferência. No texto, admite-se que falta muito para a definição daquelas condições. Os ministros devem comprometer-se a um trabalho mais intenso para resolver o assunto "não depois de...". A fixação do prazo ficou para Hong Kong.

Num dos anexos, o coordenador do Comitê de Agricultura afirma que seu relatório é pessoal e não representa o consenso dos negociadores. É um bom indicador do muito que resta para ser decidido na rodada.

A tarefa é enorme e complexa, mas o reconhecimento de tantas limitações não implica a renúncia a todo esforço de entendimento em Hong Kong. Nesta segunda-feira, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, divulgou um texto sobre a importância da rodada para as economias em desenvolvimento.

"Nossa tarefa, no presente ciclo, consiste em garantir que a dimensão do desenvolvimento permaneça no centro das negociações", disse Lamy ao apresentar o documento.

Os autores do texto procuram responder aos que afirmam que a Rodada Doha deixou de ser a prometida Rodada do Desenvolvimento. Podem-se discutir detalhes dessa resposta, mas o fato politicamente importante é o reconhecimento de que é preciso recobrar os objetivos iniciais do ciclo de negociações lançado em 2001 na capital do Catar.

O esforço de Lamy representa, essencialmente, um apelo para que todos continuem a negociar com empenho, sem dar por perdida a reunião de dezembro.

Para alguns críticos do processo, não é só essa conferência que está condenada. Segundo o embaixador Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), os europeus preparam uma armadilha para as economias em desenvolvimento, pressionando-as a abrir seus mercados para produtos industriais e serviços em troca de concessões insignificantes no comércio agrícola. Entre os industriais, alguns advertem que não estão dispostos a pagar a conta de uma rodada sem resultados para o País.

É prudente, no entanto, levar em conta três pontos: 1) o Brasil não é apenas uma economia agrícola e seus setores industriais mais competitivos podem beneficiar-se de maior acesso a mercados importantes; 2) o Brasil, neste momento, pode contar com o apoio americano para pressionar os europeus a aceitar mudanças mais ambiciosas da política agrícola. Não se pode negligenciar essa coincidência de interesses; 3) se a Rodada Doha fracassar ou se estender por muito tempo, o Brasil ficará em posição desfavorável, pois não concluiu, nos últimos anos, nenhum acordo comercial importante e todas as negociações em que tem como parceiros os sócios do Mercosul estão emperradas. O mundo, não custa lembrar, não vai ficar parado à espera do Brasil.

Invasão de privacidade

A pretexto de impedir que a internet venha a se converter em instrumento "à disposição da bandidagem", o senador Delcídio do Amaral apresentou projeto de lei que obriga os provedores de serviços de correios eletrônicos a manter um cadastro dos titulares de suas respectivas contas. Na exposição de motivos, ele invocou dois argumentos bastante simples e até certo ponto óbvios, afirmando ser inadmissível que tecnologias surgidas para "o engrandecimento da humanidade" possam ser utilizadas criminosamente contra a sociedade e que o tipo de controle por ele sugerido ajudaria no combate ao terrorismo.

"Temos plena convicção de que em breve os criminosos farão uso do e-mail para os mais hediondos e repugnantes fins, se já não o fazem no presente momento", explica Delcídio. "É ainda mais absurdo quando imaginamos que os criminosos possam utilizar tais tecnologias de forma gratuita, mediante serviços oferecidos pelas mais conceituadas instituições e empresas do País, como as grandes redes de telecomunicação nacional, bancos e outras instituições altamente conceituadas entre nosso povo", conclui, após afirmar que sua iniciativa permitirá ao Congresso antecipar-se "à ação dos bandidos".

Acreditamos que o senador petista esteja imbuído das melhores intenções e creia, sinceramente, estar contribuindo para o bem comum. Afinal, o desenvolvimento da tecnologia digital e o advento da internet trouxeram problemas jurídicos inteiramente novos, para os quais a legislação em vigor não oferece respostas. Mas, sejam quais forem as intenções do autor do projeto, o fato é que o tipo de controle proposto, ao obrigar os provedores de serviços de correio eletrônico a manter por dez anos um detalhado cadastro com as datas e horas em que cada comunicação por e-mail foi efetuada por sua clientela, representa uma perigosa investida contra os direitos individuais assegurados pela Constituição.

É esse seu maior perigo: sob a justificativa de propiciar "informações cadastradas" que

> INSPIRADO EM JUSTOS MOTIVOS, PROJETO PERMITE AO GOVERNO CONTROLAR E-MAILS

permitam "esclarecer autores de delito", o projeto permite ao poder público invadir a privacidade de todo cidadão que tenha um computador. Com o controle da comunicação eletrônica pelo Estado, as autoridades policiais teriam acesso desde a uma simples troca de mensagens entre namorados até a correspondência entre empresas. Por isso, não seria exagero dizer que o projeto institucionaliza o "Big Brother" – o controle total e absoluto da sociedade por parte do Grande Irmão onipresente, que George Orwell descreve em *1984*, seu mais conhecido libelo contra o totalitarismo. Segundo Delcídio, um cadastro da data e da hora em que cada e-mail é trocado por um cidadão não diferiria do registro das ligações que as empresas telefônicas costumam fazer. "Os provedores dos serviços de e-mails poderão continuar a oferecer tais serviços de forma gratuita e com a mesma agilidade (...); apenas a pessoa interessada deverá identificar-se. Para facilitar esse processo de cadastramento, o provedor poderá compartilhar dados de outras instituições, tais como outros provedores ou empresas telefônicas." A simples menção ao compartilhamento de dados dá a medida do caráter invasivo do projeto.

Isso fica ainda mais evidente porque os prestadores de serviços de correio eletrônico terão de apresentar às autoridades policiais, "quando requisitado", um extrato das comunicações eletrônicas realizadas durante um período de tempo determinado. O senador não esclarece por quem e como se dará essa "requisição", em que condições legais poderá ser efetuada e quais os limites jurídicos que as autoridades terão de respeitar.

Além disso, o "período de tempo determinado" é "retroativo até dez anos da data da solicitação". E, sob pena de pagamento de multa "não inferior a R$ 10 mil", os provedores terão de informar o destinatário e o remetente da mensagem, a data e a hora de seu envio e recebimento e a identificação do computador ou terminal que efetuou o acesso à conta de correio eletrônico.

Se o senador Delcídio não tem, como cremos, pendores autoritários, deveria retirar o projeto. Se não fizer isso, resta esperar que o Senado o rejeite.

As eleições na Venezuela

As eleições parlamentares de hoje, na Venezuela, não terão a participação dos principais partidos de oposição. Faltando cinco dias para o pleito, os três principais partidos de oposição – Ação Democrática, Copei e Projeto Venezuela – retiraram suas candidaturas. Logo em seguida, os partidos Primeiro Justiça e Um Novo Tempo também se retiraram da disputa. Da oposição disputam o pleito os partidos Movimento ao Socialismo e Causa Radical, além de três ou quatro pequenos partidos regionais. Com isso, a oposição, que tem hoje 79 deputados numa Assembléia de 165, deverá tornar-se numericamente irrelevante a partir das eleições de hoje.

A desistência dos principais partidos de oposição não deixou de ser surpreendente. A aliança opositora havia imposto ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), como condição para participar das eleições, a desativação de um programa de computador que associava a votação a um sistema de reconhecimento do eleitor, através de impressão digital, alegando que isso quebrava o sigilo do voto. O CNE se comprometeu a não utilizar o programa em questão, mas os partidos de oposição continuaram afirmando que o sistema de votação não é confiável e se retiraram do pleito.

A oposição venezuelana faz uma jogada de altíssimo risco. Segundo as pesquisas de opinião, os partidos que apóiam o presidente Hugo Chávez, que hoje tem 52% das cadeiras da Assembléia – ou seja, maioria simples –, elegeriam cerca de 70% dos deputados. A oposição, portanto, troca uma participação minoritária na Assembléia Nacional pela possibilidade de expor a ilegitimidade do regime bolivariano. Não parece que essa seja uma troca vantajosa.

Em primeiro lugar, porque a Venezuela está profundamente dividida – e os opositores de Chávez não precisam de mais demonstrações de que o regime é autoritário e o presidente procura se perpetuar no poder. Em segundo lugar, porque, com mais de dois terços da Assembléia Nacional e sem oposição parlamentar de vulto, Chávez poderá fazer as reformas

> QUASE SEM OPOSIÇÃO O GOVERNO MANOBRA PARA INSTITUIR O PARTIDO ÚNICO

que faltam para a consolidação de seu projeto, entre elas a instituição do partido único e reeleição ilimitada do presidente da República. Por fim, a opinião pública internacional não se mobilizará de forma duradoura contra Chávez, uma vez que ele continua respeitando os aspectos formais da democracia, embora já acumule uma soma de poderes inédita na história da Venezuela – que até fins da década de 1950 foi pródiga em ditadores.

Para ilustrar a ilegitimidade do processo político, os partidos de oposição contam com uma abstenção de mais de 80% dos eleitores. Ficaria demonstrado, assim, que a imensa maioria dos cidadãos não confia na lisura do processo eleitoral nem se sente corretamente representada na Assembléia Nacional, uma instituição do Estado bolivariano criada pela constituição chavista.

Seja como for, o coronel Hugo Chávez continua acossando a oposição. Nos últimos dias, passou horas em comícios e em redes de rádio e televisão para denunciar a retirada da oposição do processo eleitoral como uma tentativa de golpe de Estado, "ordenada" pelo presidente George W. Bush em represália à atuação de Chávez na Cúpula das Américas, em Mar del Plata. Como sabe que a oposição cantará vitória se houver abstenção recorde nas eleições de hoje, Chávez usou fartamente o mito da conspiração norte-americana para convocar "a mobilização permanente do povo em favor da soberania".

O fato é que o sistema político venezuelano está gravemente enfermo. O sistema bipartidário que funcionou durante quase 40 anos desmoronou em meio a desmandos e corrupção e foi substituído pelo "bolivarianismo" de um coronel golpista, cujo objetivo é exercer o poder absoluto. Os partidos de oposição não conseguiram organizar-se numa frente sólida e coerente. Mesmo quando formaram a efêmera coalizão – desfeita com a retirada dos cinco partidos da disputa eleitoral – não foram poucos os líderes partidários que ressaltaram o caráter circunstancial da aliança.

Enquanto a oposição se fragmenta, o Movimento Quinta República (MRV) de Chávez usa os velhos métodos do centralismo democrático. Para tornar-se monolítico, cerca de 20 deputados do MRV foram retirados da lista eleitoral que será sufragada hoje, porque demonstraram "questionável lealdade" ao coronel Hugo Chávez.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O **Estado** se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.

•

Caro prefeito José Serra, escrevo neste espaço com a esperança de que o senhor leia. Sou um entusiasta de sua candidatura a qualquer cargo e faço campanha diuturnamente junto a clientes (sou médico) e amigos, chego a ser chato de tanto insistir. Meu principal argumento é deixar o interlocutor sem resposta com a seguinte questão: "O Serra é honesto?" A resposta sempre vem em tom de dúvida – já que o senhor é político: "Não sei." Ao que rebato: "Raciocine, o Serra implantou o genérico, proibiu propaganda de bebidas e cigarros, ou seja, comprou briga com as três maiores e mais poderosas indústrias do mundo. O genérico fez o preço dos remédios desabar e claro que antes a indústria farmacêutica já sabia que isso iria ocorrer, logo tentaram suborná-lo, não com milhares, mas com milhões, para não perder bilhões. O Serra aceitou? Se tivesse aceitado, não teria implantado... e se implantou, não aceitou. Então, no mínimo, esse homem é honesto." Isso desconcerta até petista, meu amigo Serra. E agora leio no **Estadão** que o senhor vai construir CEUs? Isso, além de desonesto, é burrice, pois não angaria votos petistas e o fará perder os dos que, como eu, acreditaram e concordaram que CEUs podem ser construídos, mas jamais antes de se solucionar o problema de vagas e da retirada dos alunos das escolas de lata – aliás, argumentos brilhantes que o senhor mesmo usava quando candidato e cooptou simpatizantes, entre os quais este escriba amador. Não, sr. Serra, não caia na tentação do populismo, da empulhação, da mentira e desonra, pois o perfil de eleitor que aceita isso vota no seu concorrente. Os seus, assim como eu, vão simplesmente debandar à procura de outro porto seguro. Espero que o senhor me responda e, certamente, a milhões que ainda confiam na sua palavra.

RUY CONTRUCCI MONTANO
contrucci@uol.com.br
Santo André

Caos na cidade

São Paulo, administrada pela dupla de candidatos a presidente pelo PSDB: o prefeito Serra e o governador Alckmin, este com tanto tempo de governo, não conseguem sequer minimizar os problemas causados pela chuva que caiu na nossa cidade. O Rio Tietê, aquele que nunca mais iria transbordar, no qual se colocou muito dinheiro, e já tem pedido de CPI que vem sendo sistematicamente abafada pela turma do trabalho, em menos de dois meses está na sua segunda enchente e o nosso dinheiro, indo pelo ralo. Só queria saber se a produtora GW, contratada sem licitação pelo governo e pela Prefeitura para fazer a cobertura jornalística, gravou essas cenas para serem mostradas no programa eleitoral – porque uma equipe da produtora acompanha full time os dois candidatos, registrando cenas para serem usadas nos programas políticos do partido. E o pior: a conta é paga com o nosso dinheiro e fazem uso pessoal das imagens para se promover! E tem um monte de gente que ainda acredita nesses senhores, que não conseguem resolver os problemas sérios da cidade e do Estado que administram e ainda têm a coragem de se qualificar para administrar o País.

GRIMA GRIMALDI
grimagri@terra.com.br
São Paulo

Greve no PT

Em casa de ferreiro, espeto de pau. Funcionários do PT entram em greve por atraso no pagamento de salários. Um grupo que não soube administrar nem o seu partido se arvorou em administrar o País. Deu no que deu. O que será que ainda vamos ver até o final de 2006?

ANGELA CARACIK
angelacaracik@terra.com.br
São Paulo

Incentivo à leitura

No meio desta crise no Congresso e no governo, fui ao sebo procurar alguns livros bons, para esquecer esta vergonha política. Não tive muita sorte. O primeiro título que encontrei foi *Os Tolos Morrem Antes*, de Mário Puzo. Adiante, achei *Rir para não Chorar*, de Helen Van Slyke. Comecei a ficar estressado e os títulos seguintes foram *Nada Dura para Sempre*, de Sidney Sheldon, e *Sem Perdão*, de Frederick Forsyth. Chega! Resolvi ir embora apenas com um livro, *O Avião do Presidente Desapareceu*, de Robert J. Serling...

TIAGO HOMEM DE MELO DE C. E SILVA
tihmcs@ig.com.br
Campinas